Instituto de Investigaciones Gino Germani
VI Jornadas de Jóvenes Investigadores
10, 11 y 12 de noviembre de 2011
João Roberto Barros II
Doctorando en Ciencias Sociales CONICET/UBA
Doctorando en Filosofía Unisinos
E-mail: joaorbarrosll@googlemail.com
Eje 7: Políticas del cuerpo

Poder pastoral e população em Foucault: a importância da sexualidade no governo das condutas[1]

Introdução

Em 25 de janeiro de 1978, uma semana antes de mudar o curso de seu seminário *Segurança, Território, População*, e deter-se mais sobre o tema da governamentalidade, Foucault aborda o conceito de população ressaltando sua dupla face: por um lado biológico – espécie humana, por outro lado subjetivo – público.

Esta mudança de curso a qual nos referimos não nos transmite a mensagem de que Foucault tenha desistido de analisar a população como público, considerando a opinião dos indivíduos, suas crenças e vontades. A contrário, parece que tal enfoque foi deixado de lado em *Segurança, Território, População* somente porque já havia sido tratado dois anos antes, com algum deslocamento, em *História da Sexualidade I – Vontade de saber* (1976).

O ponto que nos interessa neste trabalho é justamente a atuação do Estado governamental sobre a população considerada no segundo aspecto, o subjetivo. Para tanto, discorreremos sobre a formação do conceito de população em Foucault entre os anos 1975 e 1979 para relacionar-lo com a formulação foucaultiana de poder pastoral. Do nosso ponto de vista, o poder pastoral é o ponto específico no qual podemos analisar a relação entre estas duas faces da população, a de comunidade biológica e a de público.

1. População: para além do modelo de soberania

[1] Texto confeccionado com apoio PROSUP/CAPES e CONICET.

Em seu seminário *Segurança, Território, População*, ditado no *Collège de France* entre os anos 1977-1978, Foucault tratou de um conceito central na sua genealogia da biopolítica moderna que foi a governamentalidade. Segundo ele, foi com a governamentalidade que o Estado moderno foi capaz de exercer um verdadeiro poder sobre a vida dos indivíduos, aumentando, assim, seu poder e sua potência.

A governamentalidade é uma proposta teórica resultante de uma crítica ao modelo da soberania clássica. Com este ponto de vista, foi a partir da percepção de que o princípio da soberania não era mais suficiente para garantir o poder do soberano sobre seus súditos, é que Foucault buscou complementá-lo por um modelo de governo que no seu início esteve mais assimilado à Economia.

O que possibilitou que o modelo familiar da economia rompesse a barreira que o limitava desde a Antiguidade foi o aparecimento de uma nova categoria política: a população. Com esta, a Economia, através do uso da Estatística, passou a ser considerada Economia política, na medida em que marcava substancialmente a nova arte de governar chamada por Foucault de governamentalidade.

Através da Economia política, esta nova arte de governar tratava de bem conduzir a população nas suas mais diversas regularidades, "fora do marco jurídico da soberania" (Foucault, 2004a, p. 107; 131)[2]. Quantificando estas regularidades, o governo de marco econômico, que antes era próprio ao âmbito familiar, passou a ser uma ferramenta de governo que permitiu ao Estado exercer uma condução mais apropriada da população que estava contida em seus territórios.

Aqui a diferença fundamental entre o modelo de soberania e o modelo da governamentalidade: o poder não mais se exercia sobre um território, como de fato vinha sendo desde a Antiguidade. O flanco maior ao qual estavam direcionadas todas as técnicas de governo passa a ser, a partir do séc. XVIII, a população. Ou seja, são os indivíduos em seu conjunto, sua vida mesma, aquilo que passou a ser o foco mais agudo do exercício do poder biopolítico. Identificando que a população detinha suas regularidades exclusivas, não

[2] As citações com duas páginas contêm, primeiro, a página do original em francês, seguida da página da tradução. Esta forma de citação será usada durante todo o texto, sempre que tenha sido usada uma tradução para conferência.

dependendo do marco familiar de governo, o governo pôde localizar o paradigma econômico no centro da arte de governar.

Com esta mudança de paradigma, Foucault não descarta por completo o modelo da soberania. Ele mesmo afirma que a idéia de governo como governo da população tornou mais agudo o problema da soberania, por um lado, e a necessidade de desenvolver as disciplinas, por outro. “Estamos ante um triângulo”, declarou ele: “soberania, disciplina e gestão governamental” (Foucault, 2004a, p. 111; 135).

Quanto à primeira, Foucault não dedica muitos esforços e muito espaço em sua investigação. Principalmente porque estava dedicado fundamentalmente a identificar bem a ruptura ocorrida com respeito a esta, por parte da governamentalidade. Esta ruptura é como ele caracterizou a passagem do exercício do poder político fundado na circularidade da soberania ao governo focado “nas coisas que dirige” (Foucault, 2004a, p. 103; 126). Não se tratava mais de justificar o exercício do poder através da fundamentação da lei, não por outro motivo que não fosse a gradativa insuficiência desta para tal escopo. “A política começa a ser concebida, então, como ciência do Estado, quer dizer, como Estatística, pois é o Estado em sua totalidade o que há conhecer para poder governar bem” (Castro-Gómez, 2010 p. 115).

Nos últimos dois parágrafos lidos por Foucault na classe de 18 de janeiro de 1978, ele menciona pela primeira vez a importância que a idéia de um governo dos homens está necessariamente vinculada à natureza das coisas. Os dispositivos de segurança, abordados nas classes anteriores, somente serão eficazes se o soberano passar a cuidar e velar pela liberdade de seus governados. Diante deste pressuposto, é importante que o soberano tenha em conta o que os indivíduos “querem fazer, o que estão interessados em fazer, o que pensam em fazer” (Foucault, 2004a, p. 50; 71)[3]. Ganhava importância, assim, a idéia de necessidade da normalização para o devido governo das condutas.

A problemática do poder, assim, ganhou outros contornos nas investigações de Foucault e passou a ser abordada a partir da questão do governo. Como esclarece Wilhelm Schmid, “o que aqui se revela como o novo eixo sobre o qual gira a orientação de sua tarefa não é outro problema que o do ‘governo’ (Schimid, 2002, p. 54). A tensão entre indivíduo e governo estatal é o que leva Foucault a se interessar pelo pastorado cristão e suas tecnologias

[3] Aqui Foucault é ambíguo e fala tanto em dispositivos de segurança, quanto em dispositivos de liberdade.

para operar o governo das condutas. Tensão esta compreendida sob as lentes da governamentalidade.

Dentro desta problematização sobre o governo dos homens, a população ganhava importância conceitual e peso político à medida que os soberanos dos Estados emergentes percebiam nela um conjunto de constantes e regularidades susceptíveis a novos procedimentos de governo com vistas ao fortalecimento do Estado. A partir desta percepção sobre a população com respeito à sua natureza própria, dadas suas constantes e regularidades, o soberano seria mais eficaz no exercício do seu poder se tratasse de interferir nesta naturalidade sem impor demasiada força, mas sim tratando de normalizar os fenômenos de maneira a melhor conduzir a população e aumentar a potência do Estado.

Assim, a arte de governar que nascia na Idade Moderna tinha como principal fundamento o conhecimento das coisas. Não se tratava mais de impor à lei aos súditos, conforme as leis impostas por Deus à natureza e aos homens, mas de conduzir e dispor as coisas a fim de conduzir-las a um fim oportuno. Este fim era também a somatória de uma diversidade de fins, considerados como frutos dos "interesses" dos indivíduos em particular (Foucault, 2004a, p. 109; 132). Neste ponto, esclarecemos que 'coisas' era uma palavra usada para homens e coisas.

> Isso quer dizer, ademais, que estas coisas das quais o governo deve encarregar-se [...] são: os homens, mas em suas relações, em seus laços, em suas imbricações com estas coisas que são as riquezas, os recursos, os artigos de subsistência, o território nas suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua seca, sua fertilidade (Foucault, 2004a, p. 100; 122).

Ou seja, quando se fala da governamentalidade como uma arte de governo que se especifica e se diferencia de outros modos de exercícios do poder político, neste caso da soberania, fala-se de um modo de governo que tem como prioridade a condução dos objetos e dos homens de maneira que estes alcancem um fim oportuno para o Estado.

Os indivíduos que compõe a população têm em seus interesses um foco permanente e privilegiado do exercício, justamente porque os interesses dos indivíduos e dos grupos populacionais são o ponto de contato entre a força vital deles e os demais objetos que estão para seu uso, produção e usufruto. Governar, então, seria "pôr em ação a economia" de um Estado de forma que a "conduta de todos e de cada um" fosse objeto de constante atenção e controle, de forma a dispô-los da maneira mais adequada para os fins do Estado (Foucault, 2004a, p. 98; 120).

Com toda essa miríade de variantes entre o soberano e a população, concernentes à riqueza, à produção e à disciplina, a população passou a ser vista como um objeto que depende de uma série de variáveis. Uma destas variáveis é a taxa de natalidade. Foucault destaca que quando das primeiras críticas dos Fisiocratas ao poder soberano, suas análises ainda estavam longe de tocar os temas da "fertilidade" e da "vontade de reprodução da população" (Foucault, 2004a, p. 74; 95).

Todavia, a partir do momento que percebem a conexão desses temas com a potência do Estado, passam a considerar a importância de empreender uma produção do interesse coletivo por jogo do desejo. Dita produção do interesse coletivo está relacionada à concepção da população como público.

> O público, noção capital no séc. XVIII, é a população considerada desde o ponto de vista de suas opiniões, suas maneiras de fazer, seus comportamentos, seus hábitos, seus temores, seus prejuízos, suas exigências [...] A população, pois, é tudo aquilo que vai se estender desde o enraizamento biológico pela espécie até a superfície de fixação fornecidas pelo público (Foucault, 2004a, p. 77; 102).

É com o tratamento da população como homem-espécie/público que a biopolítica poderá fazer a junção entre o biológico e o subjetivo, passando a uma escala maior de governo que é a governamentalidade, usando de mecanismos de poder para um campo de novas realidades.

Como bem ressalta Cesar Candiotto, Foucault passa a analisar o "governo dos homens nas suas relações com as riquezas, com os recursos e o território, com os costumes, hábitos, as maneiras de fazer e de pensar" (Candiotto, 2010, p. 97).

Entendemos que esta concepção de poder já estava presente nos trabalhos de Foucault desde a publicação de *Vigiar e punir*, onde ele afirma que "o corpo somente se torna uma força útil de trabalho se ele é, simultaneamente, corpo produtivo e corpo sujeitado" (Foucault, 1975, p. 34). Pois, aquilo que Foucault chamou de "corpo político" pode ser identificado com a investida do poder sobre a massa corpórea do indivíduo para produzir nele uma nova "alma" (Foucault, 1975, p. 38).

Esta alma obviamente não pode ser entendida como substância, mas como um agregado de sentimentos, pensamentos e costumes que influem na conduta do indivíduo. A "alma verdadeira", como a qualifica Foucault, é passível de ser alcançada por diversos domínios de saber que, ao nomeá-la como "psique, subjetividade, personalidade, consciência,

etc.", são usados dentro do âmbito da governamentalidade para melhor conduzir os indivíduos conforme os interesses do Estado (Foucault, 1975, p. 38).

É bem sabido que esta tese de Foucault presente em *Vigiar e Punir* foi retomada em outro contexto durante os cursos de 1976 a 1979. É o que podemos constatar em *Defender a sociedade*. Aqui o poder disciplinar está localizado dentro de outro marco que é a biopolítica. Assim o constatamos na passagem seguinte:

> Depois de uma primeira tomada de controle sobre os corpos que é feita sobre o modo de individualização, tem-se uma segunda tomada de controle que não é individualizante, mas massificante [...], que se faz não em direção ao homem-corpo, mas ao homem-espécie (Foucault, 1997, p. 216).

A análise do micro-poder pode ser lida como uma opção de método que buscava identificar em um âmbito bem mais restrito um domínio de relações que carrega de sentido o conceito de governamentalidade. Pois, desde 1975, tratava-se de analisar a maneira segundo a qual se conduz a conduta dos homens. Com o passar dos anos e o desenvolvimento das investigações, Foucault foi aumentando a escala dos conceitos e alcançando, assim, novos espaços que não estavam circunscritos nas análises precedentes.

> A análise dos micro-poderes, ou dos procedimentos da governamentalidade, não é por definição limitada a um domínio preciso que seria definido por um setor de escala, mas deve ser considerado simplesmente como um ponto de vista, um método de deciframento que pode ser válido para toda e qualquer escala, seja qual for a grandeza (Foucault, 2004b, p. 192).

Ao lermos os seminários de 1976 a 1979, vemos que premissas e postulados importantes de *Vigiar e punir* (1975) e *História da sexualidade I* (1976) são resgatados e ampliados dentro do espectro da governamentalidade. Dado que estas duas obras são seqüenciais, consideramos este aspecto mais significativo no que diz respeito ao delineamento geral das investigações de Foucault, dado que são obras acabadas, se comparados com os seminários ditados no Collège de France. Nossa aposta recebe respaldo nas palavras de Antonella Cutro, de quem lemos que tanto na arqueologia, quanto na genealogia os dois eixos principais da pesquisa de Foucault, verdade e subjetividade, permanecem, pois ambos concernem aos "efeitos de uma economia política da verdade" (Cutro, 2010, p. 67).

Apesar da governamentalidade concernir à atuação do governo no domínio político, a noção de governo é basicamente entendida por Foucault como "conduta de conduta". Neste

âmbito o governo é uma relação do *eu* consigo mesmo, deste com instituições sociais e o próprio exercício da soberania. Assim entendido, desde 1975, com a publicação de *Vigiar e punir*, até suas pesquisas que compõe *O governo de si e dos outros*, em 1984, pode haver uma descontinuidade material, mas não há uma descontinuidade metodológica nas investigações de Foucault. Como afirma Colin Gordon, a concepção de governo em Foucault traz consigo "a idéia de um tipo de poder que toma a liberdade e a alma do cidadão, a vida e a conduta de vida do sujeito eticamente livre" (Gordon, p. 5)[4].

Deste modo vemos que ao redirecionar seus estudos durante o ano de 1978 à tríade segurança-população-governo, Foucault buscaria, a nosso ver, estabelecer a conexão entre o biológico e o subjetivo, dentro do âmbito da governamentalidade. Ao executar esta guinada, Foucault começa a tratar do poder pastoral como uma das matrizes desta nova arte de governar os homens.

2 Pastorado cristão: o aspecto material da salvação

Na classe de 1º de fevereiro de 1978, quando Foucault aborda a economia do Estado a partir da perspectiva de todos e de cada um, é justamente neste ponto de sua argumentação que ele resgata a metáfora do navio, presente em alguns escritos antigos[5]. É verdade que Foucault reconhece que pouco espaço restou para o aspecto moral e religioso na nova arte de governar que surgia na Modernidade, no que se refere a um modelo de governo (Foucault, 2004a, p. 108; 131). Contudo, é igualmente verdadeiro que justamente quanto menciona a metáfora do navio, Foucault o faz usando também a metáfora da salvação. É preciso governar um navio visando à salvação tanto da própria embarcação, quanto daquelas pessoas que estão dentro dela, mesmo que indiretamente (Foucault, 2004a, p. 196; 122).

Mais precisamente, Foucault já havia mencionado a salvação em um momento anterior, ao citar a importância do "governo das almas e das condutas" tanto na pastoral

[4] Gordon chega a afirmar que não há descontinuidade nem material e nem metodológica nas investigações de Foucault sobre o governo.

[5] Como encontramos na própria edição de Foucault, 2004a: cf. Platão, *Eutifron* 14b; *Protágoras* 325c; *República* 389d, 488a-489d; *Político* 296e-297a, 297e, 301d, 302a, 304a; *Leis* 737a, 942b, 945c, 961c; Aristóteles, *Política* 1276b. Assim também como na obra de Cícero e Tomás de Aquino.

católica quanto na protestante, durante os momentos de Reforma e Contra-reforma (Foucault, 2004a, p. 92; 110).

Durante algumas classes do curso de 1977-1978, Foucault se dedica à análise do poder pastoral, à análise da figura do pastor e à influência da matriz pastoral de poder sobre o poder político próprio da governamentalidade. Em alguns momentos, Foucault analisa o poder pastoral do ponto de vista da salvação, entendida como provisão material para seu povo. É com respeito à esta abordagem da salvação com sentido material que vamos nos dedicar em um primeiro momento de nossas análise.

Citando Foucault:

> [...] o essencial do objetivo para o poder pastoral é sem dúvida a salvação do rebanho. Nesse sentido, [...] não estamos muito distantes daquilo que é fixado tradicionalmente como o objetivo do soberano [...]. Contudo, esta salvação que se deve assegurar ao rebanho tem um sentido muito preciso nesta temática do poder pastoral. A salvação é [...] essencialmente a subsistência (Foucault, 2004a, p. 130; 155)6.

Ou seja, vemos com Foucault que a provisão daquilo que é necessário para satisfazer as necessidades do rebanho no seu conjunto, e de cada indivíduo que compõe este rebanho, é considerada a essência da salvação. Desta forma, o cuidado que o pastor exerce sobre aqueles que conduz faz com que seu poder alcance também cada indivíduo em sua singularidade, dando de “mão em mão” o que se faz necessário para uma boa alimentação (Foucault, 2004a, p. 131; 155). Aqui vemos claramente a relação do poder pastoral com a preocupação de Foucault sobre os estudos acerca dos Fisiocratas e a distribuição de cereais, em suma, a subministração da alimentação necessária para a população.

Especificamente sobre a relação entre o poder pastoral e a população, outro ponto importante assinado por Foucault como característica essencial do pastorado é que este tipo de poder é exercido sobre um conjunto de indivíduos em movimento, e não sobre um território. O foco de exercício de poder está nas pessoas e não em um espaço físico determinado.

---

[6] Contudo, mais adiante, Foucault afirma que o poder pastoral não se define pela busca da salvação, afirmando que não crê que “a relação com a salvação” seja “o que caracteriza com precisão e sinaliza a especificidade do pastorado cristão” (Foucault, 2004a, p. 171; 196). Rapidamente podemos perceber como a concepção de Foucault sobre o poder pastoral é vacilante.

> O poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território; é um poder que por definição se exerce sobre um rebanho, mais exatamente sobre um rebanho no seu deslocamento, no movimento de ida de um ponto a outro. O poder do pastor se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento. [...] E se essa direção que Deus assume em relação à multiplicidade em movimento há uma referência ao território, ela se dá na medida em que o Deus pastor sabe onde estão as pradarias férteis, quais são os caminhos apropriados para chegar a elas e quais os lugares favoráveis para o descanso (Foucault, 2004a, p. 130; 154).

Nesta passagem podemos perceber claramente que a atenção de Foucault em relação ao poder pastoral está fortemente relacionada à formulação do conceito de população, central para a governamentalização do Estado. O pastor, como figura intermediária entre Deus e seu rebanho, tinha sua atenção totalmente dedicada ao conjunto dos indivíduos que compunham o rebanho, considerado em seu conjunto e em cada um em específico.

Ele dá prosseguimento à sua análise do poder pastoral passando ao que ele denomina de "aspecto paradoxalmente distributivo do pastorado cristão" (Foucault, 2004a, p. 172; 198). O paradoxo que envolve toda a relação do pastor com o rebanho, considerado como conjunto de indivíduos que administrado segundo suas regularidades específicas, e com as ovelhas, a partir do conhecimento minucioso de cada particularidade individual, é conferir a mesma importância à salvação do rebanho e à salvação de cada uma das ovelhas.

Por um lado, o pastor recebe de Deus a incumbência de cuidar e velar pelo rebanho, de guiá-lo e conduzi-lo às pastagens abundantes e à água fresca. Durante o exercício deste cuidado, o pastor pode chegar a sacrificar uma ovelha em prol do rebanho. Se uma das ovelhas for considerada um foco de pestilência, configurando-se em um risco para todo o rebanho, mediante a contaminação geral do grupo, o pastor está autorizado a afastar esta ovelha do grupo, ou até mesmo a eliminá-la.

Por outro lado, se o rebanho está em perfeita ordem, desfrutando de boa pastagem e água, ou seja, tendo suas necessidades básicas perfeitamente supridas, o pastor pode, se necessário, deixar todo o rebanho para buscar e salvar uma das ovelhas que estiver em perigo eminente. Assim, no que concerne ao governo do rebanho, a mesma importância era conferida ao conjunto e a cada indivíduo.

Esta dupla característica do poder pastoral, capacidade de velar pelo rebanho e capacidade de dispensar atenção à cada indivíduo, "*omnes et singulatim*, será precisamente o grande problema das técnicas de poder no pastorado cristão e das técnicas de poder [...]

modernas, tal como estão dispostas nas tecnologias da população" (Foucault, 2004a, p. 132; 157).

É verdade que Foucault atribui à economia um papel central para o estudo e a fundamentação do seu conceito governamentalidade. Todavia, a economia não prevaleceria como paradigma de governo das populações se não fosse também pela influência de técnicas presentes na pastoral cristã. Justamente por isso queremos focar a influência da pastoral cristã sobre a governamentalidade. No nosso entender, a pastoral cristã tem sido um aspecto pouco explorado pelos pesquisadores que se dedicam ao estudo da governamentalidade em Foucault, tendo em conta a contundência dele mesmo ao afirmar que o "pastorado cristão é o prelúdio da governamentalidade" (Foucault, 2004a, p. 187; 219).

3 O pastor e sua condição de servidor: o aspecto subjetivo da salvação e a sexualidade

Em *Do governo dos vivos*, aula de 06/02/1980, Foucault fala de regimes de verdade. Segundo ele, regimes de verdade são toda uma gama de procedimentos e instituições que estabelecem uma relação entre expressão da verdade e subjetividade daquele que a expressa, de forma que o indivíduo passa a assumir uma verdade como sua, pelo simples fato de manifestar-la (Foucault, 2010a, p. 67-77)[7].

Fazendo uma retrospectiva de nossa abordagem sobre o pastorado cristão e sua influência sobre a governamentalidade em Foucault, identificamos dois pontos ressaltados por ele em seus estudos: o pastorado cristão se caracteriza por 1) sua capacidade de proporcionar uma provisão material para o povo-rebanho e também pela 2) capacidade de proporcionar uma condução das condutas através de uma produção subjetiva que produz padrões de conduta de forma normalizadora.

O exercício do poder pastoral na forma de serviço estará estreitamente aliado a um regime de verdades como tecnologia para a condução do rebanho. Nesta perspectiva, o pastor somente será capaz de exercer o poder como um servidor frente aos seus comandados se ele

[7] Não utilizaremos muito este texto porque ele ainda não foi publicado em francês. Como esclarecido pelo próprio tradutor, trata-se de uma tradução de alguns excertos, usando dos arquivos sonoros depositados na Biblioteca Geral do Collège de France (Paris). O trabalho de tradução não pode realizar uma conferência com os originais do curso ditado por Foucault naqueles anos de 1979-1980.

tiver o perfeito domínio de si; entendido como domínio sobre sua própria vontade e seus desejos.

Em 30 de janeiro de 1980, Foucault afirma que o objetivo geral de seu curso daquele ano seria investigar "como funcionaram as relações entre o governo dos homens, a manifestação da verdade sob a forma de subjetividade e a salvação para todos e cada um" (Foucault, 2010a, p. 58). Durante este curso, Foucault retoma a análise das práticas confessionais e da *Regra de São Bento*, que havia iniciado no curso *Segurança, Território, População*, de 1977-1978. O pressuposto de Foucault é que o exercício do poder não é independente da manifestação de uma verdade que esteja para além do estritamente útil e necessário para o bom exercício do governo.

O papel de produção do subjetivo, identificado por Foucault como sendo uma das principais características do governo típico do pastorado cristão, é o mais pertinente para nossos estudos. Privilegiando a análise deste aspecto do pastorado cristão, nossa aposta teórica está na importância que o conceito de *apatheia* adotado por Foucault tem em sua consideração do pastorado cristão como prelúdio da governamentalidade.

Veremos, em um primeiro momento, como este conceito se articula dentro das investigações de Foucault sobre a governamentalidade e o pastorado cristão. Em um segundo momento, apresentaremos uma crítica ao sentido dado por Foucault ao conceito de *apatheia*. A nosso ver, a ruptura entre a *apatheia* antiga e a cristã reivindicada por Foucault, como forma de relacionar esta com a especificidade do poder pastoral, carece de fundamento.

Dedicando-nos à apropriação que Foucault faz do conceito de *apatheia*, começamos por destacar que, segundo Foucault, o bom governante necessita contar com três qualidades: "paciência, sabedoria e diligência" (Foucault, 2004a, p. 126)[8]. A sabedoria do bom governante corresponde ao conhecimento das coisas, que já mencionamos aqui anteriormente. Já a diligência é uma sorte de

> [...] disposição [que] é precisamente aquilo que faz com que o soberano, ou melhor, aquele que governa, somente deve governar à medida que vá considerar-se e agir como se estivesse ao serviço dos governados (Foucault, 2004a, p. 103; 127).

[8] Aqui Foucault faz uso do texto de Guillaume de La Pierrière, **Le Miroir politique** (1555).

Conta-nos Foucault que este modo estratégico de exercer o governo, não mais impondo a lei mediante a força, mas pondo-se a serviço dos governados, começou no séc. XVI de maneira muito rudimentar. À paciência para não abusar da força e à sabedoria entendida como conhecimento das coisas somava-se a diligência de atuar como alguém que se preocupa com seus governados. O governante passava a adotar uma postura menos exigente, do ponto de vista do exercício de sua superioridade e desfrute dos seus privilégios, para atuar como alguém que trabalhava para o bem comum, entendido como somatória dos interesses dos seus súditos.

Esse novo modo estratégico de governo caracterizado pelo serviço, que está no nascedouro da governamentalidade, somente foi possível porque desde o seu início esteve associada a um conjunto de saberes que possibilitaram a ela desenvolver e expandir sua influência dentro da estrutura governamental-administrativa que estava sendo formada com a assunção dos Estados soberanos. Dentro deste quadro, a Estatística é o principal exemplo assinalado por Foucault.

Esta concepção de governante como um servidor, que é uma das principais características da governamentalidade, está estreitamente relacionada com o paradigma da pastoral cristã. É o que Foucault vai afirmar no decorrer de seu curso de 1977-1978, ao mencionar que o fato de o "pastor" estar "a serviço do rebanho" é uma das principais características do tipo de governo pastoral (Foucault, 2004a, p. 132; 157). Ele mesmo afirma em *Omnes et singulatim*, que o pastor devia dispor de um conhecimento tão refinado de cada uma de suas ovelhas a ponto de ser capaz de "fazer uma *contabilidade cotidiana* do bem e do mal realizado com relação aos seus deveres", de modo a poder ajudá-las a superar suas faltas (Foucault, 2006, p. 38 – grifo nosso)[9].

3.1 Sexualidade: ponto de conexão entre o material e o subjetivo

Contudo, antes de discorrermos sobre a questão do poder pastoral em Foucault, convém ressaltar que o dispositivo de sexualidade é justamente onde ele encontra esta

[9] Um exemplo paradigmático para Foucault é Moisés, quem nasceu em uma família de escravos hebreus egípcios e foi adotado pela irmã do faraó daquele tempo. Para ele, Moisés é o exemplo ao redor do qual se pode visualizar toda a arquitetônica do governo pastoral. "No centro de tudo" isso, prossegue ele, está "Moisés" (Foucault, 2004a, p. 133; 158).

conexão entre o biológico e o subjetivo no âmbito da governamentalidade. Isso porque tal dispositivo foi classificado por ele, no primeiro volume da *História da sexualidade*, como o "coração deste problema econômico e político da população" (Foucault, 1976, p. 36; 28). Tendo a população como foco e a sexualidade como dispositivo fundamental, a economia política própria da governamentalidade forma toda uma rede de observações sobre o sexo, a fim de determinar e influir sobre as constantes próprias da natureza da população.

Desenvolvendo e usando saberes específicos sobre o sexo, o Estado passou a exercer um governo sobre a conduta dos indivíduos, considerados nas suas mais diversas faixas etárias e ambientes, "como meio de controle econômico e de sujeição política" (Foucault, 1976, p. 163; 118). Na sua forma mais avançada de desenvolvimento, o Estado governamental somente problematiza o corpo e o sexo utilizando-se de "diversas tecnologias de controle, de tipo disciplinar (escola, prisão, hospital) e de tipo biopolítico (higiene pública, sistema de segurança, medicalização geral da população)", fazendo-o já na forma de assujeitamento (Farhi Neto, p. 93).

Do mesmo modo encontramos no curso de 1978, quando Foucault afirma que os hábitos, os temores, as exigências e os preconceitos da população/público "é um conjunto susceptível de sofrer a influência da educação, das campanhas [de saúde pública]" (Foucault, 2004a, p. 77; 102). E prossegue afirmando que "o exame médico, a investigação psiquiátrica, o informe pedagógico e os controles familiares [são] mecanismos de duplo impulso: prazer e poder" (Foucault, 1976, p. 62; 47). Com este duplo impulso a governamentalidade se caracteriza sobretudo pela busca de um "*optimum*", mascarado pelo "bem de todos" (Foucault, 1976, p. 35; 27).

É partindo desta perspectiva que o governo das populações usa o dispositivo de sexualidade para exercer um poder sobre o querer e o pensar dos indivíduos, influindo assim sobre a "conduta" deles (Foucault, 1976, p. 66; 50). Usando de um conjunto prático-discursivo sobre a sexualidade, o governante consegui estender à toda a população uma técnica de "direção de consciências" que antes estava restrita apenas a casos particulares (Foucault, 1976, p. 145; 106). Ao inserir esta técnica no aparato administrativo-burocrático do Estado, a governamentalidade se fez possível devido ao uso, em escala populacional, de uma técnica antes usada apenas em âmbitos muitos restritos. Assim, o Estado não cessa de conduzir a população, "animado, por um lado, pelo desenvolvimento de toda uma série de

aparatos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes", frutos da mesma racionalidade governamental (Cutro, 2010, p. 117).

Por tornar o Estado capaz de alcançar os corpos dos indivíduos (biopoder), intervir em constantes populacionais (biopolítica) e produzir estados subjetivos, alterando seus pensamentos e desejos, é que o dispositivo de sexualidade, formulado sobre o sexo, possibilitou ao Estado "agrupar em uma unidade artificial elementos anatômicos, funções biológicas, condutas [...] e permitiu o funcionamento como princípio causal desta mesma unidade fictícia" (Foucault, 1976, p. 204; 147).

Conclusão

Esta condição de servidor na qual se coloca o pastor, que desde logo representa um rasgo fundamental para o desempenho de seu dever que é conduzir o povo-rebanho em nome de Deus, pode ser sumarizada por duas qualidades imprescindíveis para o exercício do governo pastoral: a benevolência e o cuidado específico. Estas duas qualidades estão bi-implicadas na prática do governo pastoral.

Ou seja, o pastorado é o primeiro foco de experiência onde podemos encontrar a junção de dois componentes muito caros para a compreensão da governamentalidade: 1) o governo como condução de um conjunto de indivíduos, exercendo um poder embasado em conhecimentos específicos e tendo em conta suas regularidades; e 2) um governo que deixa de atuar com o tacão da força desmesurada, fazendo valer sua vontade sobre o interesse dos indivíduos, mas que se coloca como servidor destes mesmos indivíduos ao prover suas necessidades matérias básicas.

Foucault volta a discorrer sobre a população como público em um dos últimos encontros daquele seminário, classe de 15 de março de 1978, destacando para ele o que seriam os rasgos específicos da razão de Estado em comparação com o governo pastoral. Ao enfatizar novamente a importância da prática da verdade por parte do Estado, Foucault mais uma vez sumariza suas idéias da seguinte maneira:

> [...] intervir sobre consciência das pessoas, [...] de maneira que sua opinião seja modificada e com sua opinião a maneira de fazer das pessoas, a maneira de agir, seu comportamento

como sujeitos econômicos, seu comportamento como sujeitos políticos. Todo este trabalho de opinião do público é que será um dos aspectos da política da verdade na razão de Estado (Foucault, 2004a, p. 281; 323).

Apesar de apontar algumas diferenças da prática pastoral frente aquilo que foi característico da razão de Estado, Foucault não deixa de lado a familiaridade entre ambos e ainda assim mantém a posição de que uma genealogia da governamentalidade deve começar pela prática do governo pastoral.

Para ele, o governo pastoral foi o primeiro a fazer com que os indivíduos fossem considerados objetos prioritários do exercício do poder. Tomando o público como sujeito-objeto de um saber embasado na sexualidade, o Estado governamental alcançava seu objetivo de conduzir as pessoas através de uma constante produção da verdade sobre elas mesmas que às vinculava ao exercício deste poder entre fins do séc. XV e início do séc. XVIII.

É usando do dispositivo da sexualidade que o Estado governamental interfere nos desejos, no comportamento e nas opiniões das pessoas. Desse modo, a liberdade dessas pessoas será uma liberdade direcionada e mantida dentro de parâmetros convenientes para o incremento da potência do Estado.

Bibliografia

Candiotto, C. (2010). **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte/Curitiba: Autêntica/Champagnat.

Castro-Gómez, S. (2010). **Historia de la gubernamentalidad. Razão de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

Cutro, A. (2010). **Technique et vie. Biopolitique et philosophie du bios dans la pensée de Michel Foucault**. Paris : Harmattan.

Farhi Neto, L. (2010). **Biopolíticas: as formulações de Foucault**. Florianópolis: Cidade Futura.

Foucault, M. (2010a). **Do governo dos vivos. Curso no Collège de France 1979-1980 (excertos)**. Rio de Janeiro: Achiamé.

_____ (2010b). **Historia de la sexualidad I : la voluntad de saber**. Buenos Aires : Siglo XXI.

_____ (1976). **Historie de la sexualité I : la volonté de savoir**. Paris : Gallimard.

_____ (1997). **Il faut défendre la société. Cours au Collège de France 1976**. Paris : Gallimard.

_____ (2004b). **Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France 1978-1979**. Paris : Gallimard.

_____ (2006). **Omnes et singulatim – para uma crítica da razão política**. Florianópolis: Nephelibata.

_____ (2004a) **Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France 1977-1978**. Paris : Gallimard.

_____ (2007). **Seguridad, Territorio, Población. Curso en el Collège de France 1977-1978**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

_____ (1975). **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard.

Gordon, C. (1991). Governmental rationality: an introduction. In: Burchell, G., Gordon, C. & Miller, P. (Org.). **The Foucault effect: studies in governmentality**. Chicago: University Press Chicago, p. 1-51.

Schimid, W. (2002). **Em busca de um nuevo arte de vivir. La pregunta por el fundamento y la nueva fundamentación de la ética en Foucault.** Valencia: Pré-textos.